

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

O desempenho econômico deste ano será fortemente dependente dos desdobramentos da crise internacional e da evolução do quadro interno. Isso será o fator determinante no timing da redução dos juros e, conseqüentemente, seu impacto no nível de atividades, de emprego e de renda.

A crise asiática significa novos desafios para a economia brasileira, à medida que a desvalorização das moedas desses países permite o barateamento de suas exportações, implicando colocação de produtos a preços menores no mercado interno, assim como uma concorrência maior com nossos produtos nos mercados externos.

Embora tenha havido um movimento surpreendente de vendas no final do ano passado, e em alguns casos localizado, no início de janeiro, isso se deveu a promoções e à queima de estoques que não prevalecerão nos próximos meses. Uma análise detalhada do quadro interno e externo revela que o espaço de manobra da política econômica brasileira é bastante reduzido.

A persistência dos "déficits-gêmeos" (contas públicas e setor externo) em meio à turbulência no cenário externo limita o espaço para a redução mais rápida dos juros e, portanto, da retomada substancial do nível de atividades. O déficit em contas correntes do Balanço de Pagamentos atingiu US\$ 34 bilhões (4,2% do PIB) e, por mais que se apresentem pontos po-

PERSPECTIVA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA EM 98	
Nível de atividade	
Produto Interno Bruto (PIB)	1 a 1,5%
Indústria	0,5%
Investimento (em % do PIB, a preços constantes)	
Formação bruta de capital fixo	17,5%
Inflação	
IGPM da FGV	4,0%
Taxa de câmbio	
taxa: R\$/US\$ em 31/12	1,22
Taxa de juros	
CDI nominal (a.a.)	26,0%
CDI real (a.a., deflacionado pelo IGPM)	21,1%
Setor externo (em US\$ bilhões)	
Balança comercial:	
• Exportações	59,00
• Importações	65,0
• Saldo	(6,0)
Transações correntes	(30,0)
Investimentos diretos estrangeiros	18,0
Contas públicas	
Déficit operacional (em % do PIB)	3,3%

sitivos, o aumento da vulnerabilidade é um fato a ser pesado pelos investidores internacionais. Da mesma forma, o déficit operacional das contas públicas persiste em cerca de 3% do PIB.

Assim, o desempenho da economia brasileira estará fortemente condicionado por esses fatores, à medida que um aquecimento da atividade implicaria diretamente a expansão do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, ou seja, da vulnerabilidade externa. Portanto, o crescimento do PIB será muito provavelmente inferior ao desempenho dos úl-

timos dois anos (de cerca de 3% ao ano).

O primeiro semestre será prejudicado pelas altas taxas de juros (que estarão seguramente menores que no final do ano passado, mas ainda elevadas) e isso vai limitar o crescimento econômico do ano, apesar do calendário eleitoral que vai influenciar o quadro econômico e deve propiciar um segundo semestre mais aquecido.

Não são esperadas grandes mudanças na política econômica. E a intensificação dos investimentos em infra-estrutura, estimulados pelo processo de privatização, deve expandir as atividades nesse setor. A construção civil, favorecida pelas novas regras de financiamento, deve gerar impacto positivo no emprego. O setor agri-

cola também deve continuar se expandindo por causa de sua importância para o suprimento interno e também por sua influência na balança comercial (pelo lado das importações e exportações).

Uma desvalorização abrupta do real, o que é cada vez mais necessário e reivindicado pelo setor produtivo, é algo que espontaneamente não deve ocorrer em 1998. Isso porque o governo optará por manter o cenário de desvalorização gradual e só vai promover uma desvalorização mais intensa se for obrigado pelas circunstâncias externas (ataque especulativo contra o real).

O grande trunfo que a equipe econômica possui para manter a estratégia atual de política econômica é o conjunto de ativos privatizáveis avaliados em cerca de US\$ 80 bilhões, cujo cronograma privilegia os dois próximos anos.

No entanto, é preciso de uma política de longo prazo que privilegie a formação de poupança interna, de forma a diminuir a dependência de recursos externos. Nesse sentido, é primordial a adoção de políticas ativas, envolvendo áreas como educação, saúde, saneamento, além de um conjunto articulado de políticas de desenvolvimento regional, industrial, agrícola, de ciência e tecnologia, etc. Da mesma forma, é fundamental fomentar as exportações como alternativa à restrição externa e propiciar a geração de emprego e renda.

■ Antônio Corrêa de Lacerda, economista e professor da PUC-SP, é membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais, Globalização Econômica (Sobeet) e-mail: lacerda@siemens.br.sen.de

Calendário eleitoral deve propiciar um segundo semestre mais aquecido